

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.482.848 - SP (2019/0098736-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE** : 11A UNIFORMES E SERVICOS LTDA  
**ADVOGADOS** : PEDRO ESTEVAM ALVES PINTO SERRANO - SP090846  
FERNANDA BARRETTO MIRANDA DAOLIO - SP198176  
MAXIMILIAN MENDONÇA HAAS - SP256663  
BRUNA RAMOS FIGURELLI - SP306211  
ANA PAULA PERESI DE SOUZA - SP330647  
VIVIAN MARIA PEREIRA FERREIRA E OUTRO(S) - SP313405  
MARCUS VINICIUS DE ABREU SCHIMITD - SP375869  
**AGRAVADO** : MUNICIPIO DE REGISTRO  
**ADVOGADO** : ANTONIO MATHEUS DA VEIGA NETO - SP317672

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pela 11A UNIFORMES E SERVIÇOS LTDA. contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que não admitiu recurso especial, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 584):

AGRAVO REGIMENTAL Decisão que negou seguimento a recurso de agravo de instrumento. Manutenção. Decisão monocrática que deve subsistir pelos seus próprios e jurídicos fundamentos, pois a questão foi dirimida com critério, coesão e em consonância com a legislação em vigor. RECURSO NÃO PROVIDO.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fls. 542/545).

No especial obstaculizado, a parte ora agravante aponta violação do art. 7º, parágrafo único, da Lei 8.429/1992 e dos arts. 273, 535, II e 557 do CPC/1973.

Para tanto, defende: (I) a nulidade do acórdão; (II) impossibilidade de concessão de medida liminar de indisponibilidade de bens, uma vez ausentes os requisitos autorizadores da constrição; (III) não é caso de manifesta inadmissibilidade recursal.

Depois de contra-arrazado (e-STJ fls. 661/668), o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de: (I) ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro; (II) incidência do Tema 701 do STJ (possibilidade de decretação da indisponibilidade de bens do promovido em Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa); (III) aplicação da Súmula 7 do STJ (presença dos requisitos autorizadores para a decretação e o alcance da medida)

Na presente irresignação, o agravante alega, em resumo, que o recurso obstado atende aos pressupostos de admissibilidade e, ao final, reitera os argumentos anteriormente expendidos.

Sem contraminuta (e-STJ fl. 709).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Em parecer (e-STJ fls. 742/747), o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo em recurso especial.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2 do Plenário do STJ).

Considerado isso, verifico que a irresignação recursal não merece prosperar.

Com efeito, não merece acolhimento a pretensão de reforma do julgado por negativa de prestação jurisdicional, porquanto o acórdão impugnado apreciou fundamentadamente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, contudo em sentido contrário à pretensão recursal, o que não se confunde com o vício apontado. A propósito: EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 887.885/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Corte Especial, julgado em 18/04/2018, DJe 26/04/2018.

Ademais, o julgador não está adstrito à fundamentação adotada no recurso para dirimir a demanda, assim como não está obrigado a refutar expressamente todas as teses aventadas pela defesa, desde que pela motivação apresentada seja possível aferir as razões pelas quais rejeitou a pretensão deduzida.

Nesse sentido, consulte-se o AgInt no AREsp 1.073.999/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, julgado em 15/08/2017, DJe 25/08/2017; AgInt no AREsp 790.307/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, julgado em 15/08/2017, DJe 21/08/2017.

Quanto ao tema de fundo, esclarece-se que "o STJ, em sintonia com o disposto no enunciado da Súmula 735 do STF, entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito" (AgRg no AREsp 377.130/SP, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 12/12/2014).

No mesmo sentido: AgRg no REsp 1.530.120/SC, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 01/03/2016; AgRg no AREsp 235.239/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 05/02/2016.

Por fim, a análise dos requisitos previstos no art. 273 do CPC/1973 implica necessariamente o reexame da matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial nos termos da Súmula 7 do STJ.

A propósito, cito o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL CONTRA ACÓRDÃO QUE DECIDE PEDIDO LIMINAR. REFORMA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 735/STF. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE CONSIGNA A PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA DE INDISPONIBILIDADE DE BENS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES.

1. Esta Corte firmou compreensão segundo a qual é incabível recurso especial com objetivo de discutir a correção de acórdão que nega ou defere medida liminar ou antecipação de tutela, por não se tratar de decisão em única ou última instância, incidindo, por analogia, a Súmula 735/STF. Precedentes: AgInt no AREsp 771.526/SP, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 23/2/2017; AgInt no Resp 1.691.898/RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 27/2/2019.

2. Na hipótese, constata-se que o Tribunal a quo baseou-se nas provas dos autos, asseverando estarem presentes os requisitos autorizadores para a decretação da indisponibilidade de bens, rever tal entendimento, demandaria o reexame dos fatos e provas, o que é vedado em face da Súmula 7/STJ. Precedentes: AgRg no AREsp 436.929/RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 31/10/2014; (AgInt no REsp 1.698.781/RJ, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 21/9/2018).

3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.425.752/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/06/2019, DJe 12/08/2019).

Além disso, destaca-se que o art. 557 do CPC/1973, apontado como violado, não possui comando capaz de isoladamente sustentar a tese recursal e infirmar o juízo formulado pelo acórdão recorrido, de maneira que se impõe ao caso concreto a incidência da Súmula 284 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.").

Por oportuno, destacam-se os seguintes precedentes: AgRg no AREsp 161.567/RJ, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 26/10/2012; REsp 1.163.939/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 8/2/2011.

Reporto-me, também, ao bem lançado parecer ministerial, às e-STJ fls. 742/747.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a" e "b", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator